

059ª SESSÃO ORDINÁRIA 23JUN2016**(Texto com revisão.)**

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O Sr. Mauro Pinheiro (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Mario Manfro solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 20 de junho de 2016.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero, Sr. Presidente, assinalar, com o devido respeito, a presença, na Pauta, de dois projetos extremamente singulares, sendo que o primeiro deles já se encontra hoje em 2ª Sessão e concede o título a Comenda Porto do Sol ao escritor Jorge Luis Martins, iniciativa do ilustre Ver. Airto Ferronato, que, evidentemente, já é uma recomendação, no sentido da sua aprovação. A Casa conhece a minha posição, nós entendemos que essas homenagens, via de regra, são de responsabilidade do proponente, que pensa, na sociedade, elementos merecedores do nosso aplauso. As exceções, que eventualmente

possam gerar uma polêmica, raridade na Casa, vão por conta da própria expressão “exceção”, que vem confirmar a regra.

Mas no dia de hoje, Sr. Presidente, começa a tramitar o projeto de lei do Ver. Marcelo Sgarbossa, que tem se caracterizado nesta Legislatura pela quantidade de projetos que propõe, demonstrando uma atuação no mínimo digna de registro. Ele propõe a instituição da adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas jurídicas e revoga a Lei Complementar nº 136, de 22 de julho de 1986, alterada pela Lei Complementar nº 675, de 22 de junho de 2011, estabelecendo a realização desse instituto jurídico por meio de licitação, bem como a observância de legislação e normas técnicas referentes à acessibilidade e ao desenho universal.

Eu, Sr. Presidente, quero, desde logo, manifestar uma preocupação com este projeto, na medida em que licitar a boa vontade, a disposição ao compromisso responsável de uma empresa de adotar determinado equipamento público, adoção essa que só se dará com a expressa concordância do Executivo, transformar esse gesto numa licitação vai dificultar. É criar um obstáculo para que ocorra a adoção, que tem que ser, por nós, estimulada. Aliás, eu acho até que a adoção precisaria ser melhor explicitada nos seus dispositivos legais, porque eu observo situações das mais díspares entre os vários equipamentos públicos – as várias praças, os vários parques adotados – entre si, na medida em que uns têm excelente manutenção e outros têm praticamente nenhuma manutenção. Eu dou como um exemplo positivo aquela área localizada junto ao *shopping center* Praia de Belas, a Praça Itália, que eu considero uma das praças mais bem conservadas que eu conheço, não só em Porto Alegre como em qualquer lugar; conservação exemplar, qualidade exemplar e numa área que até, potencialmente, o verde público poderia receber alguma restrição, no sentido de que a abundância de verde público daquela área, exatamente localizada ao lado do Parque Marinha do Brasil, é uma das maiores áreas de verde na cidade de Porto Alegre, quiçá do País. A Praça Itália, Sr. Presidente, é um exemplo positivo, e eu não vou me referir aos exemplos negativos. Por isso, em primeiro dia de discussão de Pauta, eu já inauguro a discussão em torno dela colocando a minha posição e acentuando, desde já, que vou me ocupar fortemente da tramitação dessa matéria, porque, honestamente, eu sinto que há um retrocesso na proposição, que deveria ser no sentido de estimular a adoção, mas que cria uma complicação burocrática,

ainda que legal, a dificultar que surjam as adoções que, a meu juízo, teriam que ser, de um lado... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, prezado público que nos assiste, temos vários projetos da nossa Bancada em Pauta, Ver. Marcelo Sgarbossa. Quero falar sobre um projeto de nossa autoria, o PLL nº 123/16, que inclui a efeméride Dia Municipal do Técnico em Nutrição e Dietética no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 27 de junho. Essa profissão está na luta pelo seu reconhecimento – os técnicos em nutrição. A nossa Deputada Erika Kokay tem um projeto de lei que dispõe sobre esse assunto e está, neste momento, sendo debatido no Congresso Nacional. Hoje temos toda uma discussão na sociedade sobre vida saudável, que também está relacionada à alimentação. E, aqui em Porto Alegre, temos o projeto para transformar Porto Alegre com o programa da agricultura orgânica, que busca uma cadeia produtiva, urbana e rural que propicie alimentação de qualidade. Os técnicos em nutrição compõem uma profissão bastante recente e que vem se qualificando por todo o País. Aqui no Rio Grande do Sul, nós temos mais de quatro mil técnicos em nutrição, sendo que essa profissão ainda não tem o seu reconhecimento. Portanto, venho associar aqui o trabalho, nesta Casa, ao projeto que tramita no Congresso Nacional, e que nós possamos incluir, no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, o Dia Municipal do Técnico em Nutrição, no dia 31 de maio, que tem um trabalho desenvolvido para que nós possamos fazer com que seja valorizada cada vez mais a profissão em Porto Alegre. Creio que a nossa Cidade será a primeira capital brasileira a reconhecer essa profissão. Estamos oferecendo esse projeto que inicia para o debate, inicia para o diálogo e, neste momento, estamos em discussão com toda a cidade de Porto Alegre. Então é importante dizer que

fica incluído o Dia Municipal do Técnico em Nutrição e Dietética no anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2004, no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. Que seja reconhecido, então, o Dia Municipal do Técnico em Nutrição.

Então, queremos, nesse sentido, cumprimentar todos os técnicos em nutrição do Município de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul e convidá-los para o debate que ocorrerá na segunda-feira, dia em que teremos o período de Comunicações, sobre a valorização da nutrição e dos técnicos em nutrição no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, também gostaríamos aqui, nesse minuto que falta, de tratar de dois ou três projetos que estão em Pauta, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. E aqui cumprimentamos, neste momento, que está aqui entre nós, em visita, o colega Vereador equatoriano da cidade de Ibarra, o Juan Manuel, que trata do tema da cidade sustentável e da cidade saudável com o tema da bicicleta, do Fórum Mundial das Bicicletas. Então, quero cumprimentar aqui o colega Juan, que está presente entre nós. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio; Vereadores e Vereadoras, cumprimento os moradores e moradoras de Petrópolis. Quero cumprimentar também a Ver.^a Ariane, nossa Vereadora Suplente. Quero comentar o projeto de lei do Ver. Sgarbossa que obriga os projetos de construção e reforma de edificações públicas municipais a preverem instalação de telhado verde ou ecotelhado – e eu tenho um projeto de lei que guarda semelhança com esse. Eu acho que é importante começarmos a construir aqui um entendimento para que nós possamos evoluir na possibilidade do Parlamento induzir instalações, edificações sustentáveis na cidade de Porto Alegre, e isso começa com os próprios municipais, obviamente. O projeto de lei que nós votamos, na semana passada – e que eu vou solicitar renovação de votação –, diz respeito aos próprios municipais, para que eles deem exemplo sobre as obras de arte e assumam o

compromisso com a arte nas edificações públicas. Esta Casa ficou bastante dividida; a opinião do Governo foi contrária. Eu quero retomar esse tema.

Mas há um outro projeto tramitando, o qual passou pela CCJ, que é também, Ver. Marcelo, nesse sentido, mas mais especificamente às escolas, mais completo, mais amplo. Ali, no projeto, eu estabeleço todos os itens que deverão estar contemplados no projeto arquitetônico das escolas no Município de Porto Alegre. Entre eles, estão essas medidas, como o telhado verde, que traz para a escola não somente um aproveitamento melhor – e é isso que está escrito no projeto – da iluminação natural, do verde, da paisagem que esteja na escola, como forma de economia, captura de energia e de solução do calor, como é no caso do telhado verde, mas também com uma ideia de que esses prédios sejam mais sustentáveis, que poupem energia, mas também que esses prédios públicos escolares tenham um papel educativo, um papel de formação. Porque os nossos estudantes, os nossos alunos estão ali para construir sujeitos, construir conhecimento. Se nós queremos sujeitos, homens e mulheres democráticos, nós temos que construí-los, temos que ensiná-los. Se queremos sujeitos, homens e mulheres ecológicos que cuidem da sustentabilidade, que poupem o meio ambiente, que tenham atitudes sustentáveis, nós temos que provocá-los, educá-los para isso. E os prédios escolares, os espaços das escolas não podem ser prédios que gastam mais, mal elaborados, que não tem nada de relação com o verde, que não tem nada de captação de água, por exemplo. Uma escola usa muita água na limpeza de pátios e banheiros, e elas deveriam captar essa água. Isso pode ter um custo adicional no início do projeto, mas vai ter um barateamento por uns cinco, dez, vinte anos de funcionamento de uma escola.

Eu quero valorizar a iniciativa do Ver. Marcelo, que é específica para telhados verdes, sendo que eu entendo que esta Câmara deve evoluir no estabelecimento de critérios nos espaços públicos para que eles sejam educativos, econômicos, mais adequados ao nosso tempo. Inclusive, eu digo que nós precisamos ter equilíbrio de temperatura. Uma das falas dos professores, agora, em greve, é que em nossas escolas ou é um calor de matar no verão ou as crianças tiritam de frio no inverno. Como produzir um bom momento de aprendizagem, um bom momento motivador que ajude os alunos a estarem bem prontos e envolvidos na aprendizagem, se não há um pensamento e um cuidado com a temperatura ambiente à qual eles estão submetidos? Então toda a força para projetos que venham a interferir para produzirmos, finalmente, novos espaços públicos que respondam

às demandas contemporâneas. Demandas de sustentabilidade, demandas de inovação e demandas de confortabilidade, sim. Chega de a escola ser o pior lugar do mundo, de os espaços públicos – no caso da educação e da saúde – serem lugares sujos, ruins, feios, frios no inverno e quentes no verão. Nós precisamos evoluir nisso, temos condições, e é uma questão de projetarmos e priorizarmos as construções porque ganharemos no tempo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Gostaríamos, mais uma vez, de registrar a presença do Ver. Juan Manuel Mantilla. Seja muito bem-vindo à nossa Casa Legislativa e tenha uma boa estada em Porto Alegre.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, temos vários projetos em primeira sessão de Pauta. Eu queria me ater a dois deles. A Ver.^a Sofia e o Ver. Comassetto já estavam falando do primeiro deles, que é o projeto de lei do Ver. Marcelo Sgarbossa, que trata da adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas jurídicas e que altera a lei de 2011, que coloca os telhados verdes em Porto Alegre, estabelecendo que a nossa Cidade possa respirar, possa ser, ambientalmente, melhor para as pessoas viverem e, assim, possamos combater a poluição, possamos começar a desenvolver políticas para ajudar o sistema climático. A cada ano que passa, estamos sofrendo mais com essas questões de clima na nossa Cidade, que vem nos cobrando com alterações climáticas, com furacões e tempestades. Quanto mais nos preocuparmos com isso, melhor para a Cidade. Então, eu acho que é um projeto bom para, pelo menos, discutirmos aqui na Casa, já que, quando vemos na televisão, nos programas, nos filmes, achamos muito bonito e questionamos quando as coisas começarão a acontecer.

O outro projeto é o PLL nº 123/16, que inclui no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre o Dia Municipal do Técnico em Nutrição e Dietética. Cada vez mais nós temos que avançar na questão da nutrição, principalmente lá na base, Ver.^a Lourdes. Hoje mesmo, num veículo de comunicação, foi tratada a questão dos refrigerantes nas escolas, principalmente na idade inicial, lá na pré-escola,

no 1º e 2º ano. Penso que é ali que a criança começa a adquirir os péssimos costumes. O meu filho, enquanto estava em casa, só tomava suco, só comia legumes, não conhecia fritura, não conhecia os refrigerantes; aí, quando as crianças chegam na escola começam a conviver com as cantinas, conhecem os salgadinhos e refrigerantes. Então, acho que é muito importante nós discutirmos e, principalmente, termos, no calendário da nossa Cidade, o reconhecimento a esses profissionais que vêm debatendo o que nós devemos inculcar desde cedo na cabeça das crianças para nós não termos gerações futuras com doenças escondidas, como a pressão alta, o diabetes, problemas vasculares. Então, viemos falar desses dois projetos que estão na Pauta, em primeira sessão, como também de outros projetos que aqui se encontram, mas acentuamos esses dois projetos em especial, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa e do Ver. Engº Comassetto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para discutir a Pauta e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, colegas Vereadoras e colegas Vereadores; Presidente Cassio Trogildo; público que nos assiste pela TVCâmara; público que se encontra nas galerias. Hoje entraram em primeira sessão de pauta três projetos de minha autoria, os quais venho elaborando há algum tempo, relacionados à defesa da causa animal. Talvez seja muito difícil, ou até impossível, imaginar determinados projetos para aquelas pessoas – que são a grande maioria da população – que não têm acesso diário à causa animal, efetivamente. Talvez seja difícil para aquele que só vê um animal como um objeto ou como um ser estático, dentro do seu pátio, no qual eventualmente se passa a mão. Quero falar primeiro com relação à questão dos cemitérios dos animais. Proponho aqui um projeto relacionado ao cemitério municipal dos animais, porque eu acho que Porto Alegre tem que dar o exemplo para o mundo – há outros Municípios que têm cemitérios de animais – de que aqui nós também respeitamos a relação de amor, de generosidade, de lealdade, de amizade com aqueles que nos acompanharam por 10, 15 ou 20 anos. Muitas pessoas perdem seus animais, e mais terrível do que a dor de perder um animal é ter que enterrá-lo num buraco, botá-lo num saco de lixo, muitas vezes botá-lo

numa lixeira ou mesmo jogá-lo em qualquer terreno baldio. O cemitério vai ser um destino de uma lembrança, de um afeto, assim como a gente tem por uma pessoa da família, que é o significado de um animal. Um animal hoje é um ser da família, é parte da família, o animal estabelece relações inclusive além do que muitos casamentos, do que muitos namoros, e muitas vezes do que relações familiares. Às vezes tu tens uma relação mais forte com um animal do que tu tens com um tio, com um avô, ou com um tio-avô, ou com um parente distante, e esse significado é ter esse respeito na hora de velar e manter essa lembrança. Eu venho aqui defender que esse amor possa ser garantido e justificado através do cemitério dos animais.

Há outro projeto sobre a obrigatoriedade das pessoas fazerem adoção de animais. Esse projeto provavelmente vai gerar polêmica, porque as pessoas não entenderam o objetivo dele, que é garantir o que hoje, lamentavelmente, muitas pessoas não percebem, que é a garantia de ganhar amor. Doei inúmeros animais durante esse ano, e muitas pessoas não tinham se dado conta do grande presente que estavam ganhando, mais do que um objeto, que em dois ou três meses perde a validade, como um celular. As pessoas se presenteiam com tênis, com celular, e o animal é a garantia do maior presente que se pode dar, porque tem a garantia de um presente que vai te fazer feliz todos os dias. Tu podes estar com qualquer humor, triste, feliz, o animal vai ser absolutamente recíproco, porque é uma fonte inesgotável de amor. E, a obrigatoriedade, óbvio, é com critérios. Hoje eu falava, numa entrevista para a Rádio Guaíba, que tem que ter critérios. Essas pessoas têm que ter condições de adoção para dar a alimentação; têm que ter condições psiquiátricas para a adoção. Por isso, fazer uma manutenção que o Executivo acompanhe junto com a Secretaria dos Animais, para que essas adoções sejam responsáveis e que a SEDA garanta o atendimento veterinário desses animais. Esse é.... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...o centro da discussão que estou fazendo, porque eu tenho certeza de que qualquer família que seja um ninho de amor, que tenha relações familiares, um ambiente saudável, após receber um animal, só tem a agradecer. E vi diminuir fundamentalmente os quase 200 mil animais abandonados em Porto Alegre. As pessoas, muitas vezes, gastam com um presente, pagam por um animal de raça R\$ 2 mil ou R\$ 3 mil e não se dão conta que há 200 mil animais abandonados. E esse projeto vai incentivar, estimular, potencializar que as pessoas se deem conta para essa pauta que,

pág. 8

infelizmente, pouco aparece na imprensa. Nós temos campanhas, no final de ano, para que não se beba, para que não se dirija sem cinto, para que não se drogue. E não há campanhas de adoção de animais. E o fundamental desse projeto é garantir que as pessoas se deem conta do quão importante é; do quão, psicologicamente, as famílias são mais saudáveis. As pessoas que se dão melhor com as outras pessoas são aquelas que têm uma relação com os animais. Está comprovado pela medicina que todas as pessoas que têm um animal têm uma cabeça mais saudável. Nos asilos, em hospitais de crianças com câncer, onde os idosos mais terminais já não conseguiam interagir com pessoas, nós largávamos um animal ali, e o animal conquistava aqueles corações. Então, essa obrigatoriedade da adoção é a convicção de que, se tem um coração no peito, mesmo que se fique adulto, fique amargo, passe por diversas coisas, porque cada um paga a sua conta, ninguém vai tirar as amarguras, as perdas, as tristezas que teve na vida, todo mundo leva a sua mochila, todo mundo tem o seu peso para levar. Aquilo que pode criar um ambiente mais saudável tem que ser incentivado, tem que ser mostrado. Muitas vezes, as pessoas não se dão conta; tem que, inclusive, criar determinadas obrigatoriedades para que as pessoas se deem conta de que a adoção de um animal é a garantia de felicidade, é a garantia de momentos de alegria. Eu quero perguntar aqui, se alguém que interage com um animal fica triste naquele momento. Eu tenho convicção de que não.

Por fim, o projeto mais polêmico ainda e que eu vou defender veementemente, por ter ido ao Presídio Central e ver que o Estado está pagando a Polícia em nove vezes e ver que hoje não tem mais vaga para prender, não há vaga nos presídios para prender. Para quem não sabe, muitas vezes, tem um bandido e não há vaga para prendê-lo. O que se faz com um indivíduo que estupra um animal? Esse indivíduo é meu inimigo, e hoje não existe lei nem ambiental para garantir nada. Vira um arquivo. No caso de um indivíduo que mata ou estupra um animal, meu querido Paulinho, não tem lei para fazer nada. Eu quero que me mostrem um caso que resultou em cadeia para o indivíduo que assassinou um animal. Mostrem-me no papel ou me levem para onde está preso esse indivíduo. O Estado não consegue dar conta do número de bandidos, e o indivíduo que assassina um animal, além de ser meu inimigo, é um indivíduo com potencial para estuprar uma criança, um idoso, porque, com certeza, esse indivíduo é covarde e faz mal para quem não pode se defender. Nós raciocinamos e pensamos dentro dessa perspectiva. Eu, inclusive, sou

defensor para que tivesse castração para estes indivíduos que fazem esse mal. Já que não tem isso, eu proponho aqui que se use uma coleira eletrônica justamente para constranger o indivíduo; justamente para que o assassino, o estuprador de animal saiba que vai ser reconhecido pelo seu crime. É um crime bárbaro, um crime mais covarde inclusive do que contra uma pessoa, porque a pessoa tem como reagir ao indivíduo que estupra. Há uma galeria toda lá no Presídio Central que mostra onde param os estupradores das pessoas; agora, para os estupradores de animais, que é um ato mais covarde, não têm galeria. Temos que tentar potencializar, utilizando algum tipo de mecanismo – e tem gente dizendo que é inconstitucional! Quero dizer o seguinte: se nós, na Câmara Municipal, podemos discutir tudo, temos que discutir tudo para levar para a sociedade. Mais do que constitucional ou não, é fundamental que as pessoas reflitam sobre alternativas e soluções. Esse é o nosso papel, enquanto Parlamentares, de criar ideias que possam garantir isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde Presidente, Vereadoras e Vereadores, todos que nos assistem, na terça-feira, estive participando de um projeto social no Morro da Cruz. Que maravilha! Cerca de cem crianças jogam futebol, praticam artes marciais, é um projeto social na Associação Esportiva Victória, cuja coordenação é do Ernesto Rodrigues. Além do coordenador, outros professores ajudam a manter o projeto social. O principal pedido dos coordenadores do projeto é que seja feita, meu querido Ver. Bosco – sempre ao lado do esporte e do social –, uma reforma nas quadras de esporte, que são duas. Eles pedem bem pouquinho, Bosco. Estava lá o primo do Leandro, que jogou comigo no Grêmio. Eles fazem um trabalho lindo no Morro da Cruz. Eu estive lá, como Presidente da CECE, juntamente com o Ver. Pujol e o Ver. Dinho. Estivemos lá vendo esse projeto. Que coisa linda! Só que o espaço é muito pequeno, tem muita casa ao lado, a tela já está danificada; então as bolas quebram o telhado das casas das pessoas que ganham um salário mínimo, foi o que os moradores dali vieram falar para a Comissão. É importante que a gente faça um reparo no piso daquelas quadras. Eu voltei ao passado,

quando jogava descalço no chão batido, e vi aquelas crianças também ali com aqueles mesmos sonhos que eu tinha quando criança. E hoje nós temos condições de dar melhores condições para formar aquele cidadão. Existem pessoas superinteressadas, existem pessoas ajudando para que o Morro tenha uma formação, que o Morro não seja conhecido só pelos crimes, isso é importante. A quadra fica em uma área que pertence ao Município de Porto Alegre, também recebe um grupo de pessoas da terceira idade que pratica caminhada no local. Temos que fazer um piso ali, Jussara, de caminhada. Eu sei que tu já estiveste lá no Morro, pelo que me falaram. Temos que fazer um piso para as pessoas idosas ali caminharem e dar condições melhores para aquelas crianças. O que a gente quer? Nós sempre batemos que a inclusão da criança, através da educação e do esporte, é muito importante para a Cidade, para o País e para o futuro. É a formação do cidadão, é o respeito, é o companheirismo, tudo isso é importante para a formação de uma Cidade que tenha aquilo que a gente quer: segurança. A segurança começa com a educação, com o esporte, com o respeito; começa dentro de casa, vem para a sala de aula, vem para as quadras de futebol. Isso é muito importante! Essa bandeira é e sempre vai ser a minha luta. Eu não vejo outro caminho. Esse é o caminho que eu vejo para o sucesso de uma comunidade, de uma cidade, de um país. É muito pouco, gente. Nós temos que ter um olhar mais profundo, não só o Governo, o Parlamento, o Legislativo, mas pequenos e grandes empresários também. Os pequenos empresários já estão ajudando de alguma maneira, com bolas, coletes, etc., mas também é importante que tenha tela, que tenha um piso decente para que essas crianças possam jogar seu futebol. Essas pessoas estão ajudando para que eles tenham mais satisfação e para que possam contar com isso; estão ajudando na formação das crianças da nossa Cidade e do nosso País. Então é muito importante.

Eu quero aqui parabenizar a coordenação do Ernesto Rodrigues e dos outros professores, parabenizando todo o Morro da Cruz. Parabéns pelo trabalho! Contem sempre com este Vereador, com este cidadão, que é favorável a essa bandeira. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu quero aqui, em nome dos nossos partidos de oposição, do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB – Ver.^a Jussara Cony, nossa Líder – e do PSOL – Ver. Prof. Alex Fraga –, trazer para o debate uma carência que a cidade de Porto Alegre vem vivendo cada vez com mais intensidade, que é a falta de um planejamento da Cidade, com reflexos na desconstituição da urbanidade e na desconstituição do direito à cidadania. Ver.^a Jussara Cony, nesse sentido, cumprimos aqui a Associação dos Moradores, que lutam pelo inventário de Petrópolis, mas não é só de Petrópolis, é da Cidade toda de Porto Alegre; e o Ver. Mauro traz o tema para debate, novamente, nesta Casa. Porque o nosso Plano Diretor, aprovado no ano de 2000, indicou um conjunto de estudos complementares que a Cidade tinha que realizar. Vou falar aqui do patrimônio cultural dos bens tangíveis e intangíveis da Cidade. Esse inventário deveria ter sido feito num processo democrático e de planejamento participativo, após uma exaustiva discussão que deveria ter sido feita com a cidade de Porto Alegre, remetendo um documento a esta Casa. O que foi feito foi um documento com o princípio autocrático, sem uma discussão com a comunidade. Isso gerou um conjunto de conflitos que acabam chegando aqui. Agora eu quero registrar aqui que a responsabilidade do planejamento não é do Legislativo; é do Executivo. O Legislativo tem que trazer aqui as diretrizes, as elaborações, as contradições, fazer os debates complementares. Mas a proposta de cidade, que é oriunda do Plano Diretor, que é a segunda lei de maior importância da Cidade, é de responsabilidade do Executivo Municipal.

Há poucos dias, Ver. Cecchim, fazíamos aqui um debate, porque há dez anos está para sair a licitação dos equipamentos de urbanidade. Por que não sai isso? E dizíamos que também tem uma exclusão do debate local. Tinha que ser feito o Plano Diretor de Mobilidade Urbana – um plano diretor participativo. Eu pergunto aqui aos nossos ouvintes: quem participou desse debate para decidir se os modais da Cidade têm que ser de transporte público ou têm que continuar sendo só ônibus? Como está a integração? Há pouco nós recebíamos aqui o colega Vereador Juan, da cidade de Ibarra, no Equador, do Fórum Mundial das Bicicletas. Nós relembramos aqui o Prefeito de Bogotá que veio nos visitar e disse uma frase: “A qualidade da urbanidade e o direito à cidadania são reconhecidos, em uma cidade, pela qualidade das suas calçadas.” Pergunto aqui à

população que nos ouve: qual é a qualidade das calçadas de Porto Alegre? As calçadas de Porto Alegre são uma vergonha, elas são insustentáveis, os pedestres não conseguem caminhar nas calçadas de Porto Alegre porque elas são irregulares, têm desníveis, têm tipologias diferentes, têm buracos, falta de calçadas. E não estou falando aqui do Rubem Berta ou da Restinga, estou falando do Centro Histórico da Cidade de Porto Alegre. Procurem andar com um cadeirante na cidade de Porto Alegre, nas suas calçadas, para ver se é possível caminhar com um cadeirante; não é possível. Nós fizemos aqui a CPI da Telefonia e ficou claro que o Município tinha que exigir, das companhias telefônicas, mudar todos os equipamentos, inclusive os orelhões que ficam em cima das calçadas, porque uma pessoa deficiente visual vai andando com a sua vara guia e bate com a cabeça nos telefones. Quero aqui, em nome dos nossos três partidos de oposição da Casa – o PSOL, PCdoB e o PT –, dizer à Associação dos Moradores de Petrópolis que estão aqui lutando pelo inventário do patrimônio histórico e cultural daquela região, principalmente do patrimônio dos bens tangíveis lá existentes. Nós queremos o diálogo; a contradição a gente resolve na mesa, portanto, o diálogo de nossa parte, dos três partidos. Venho aqui, em nome da nossa Líder, dizer que queremos que isso aconteça, não para uma ação pontual, mas para pensar, a partir de vocês, toda a Cidade, porque esse problema hoje é da cidade de Porto Alegre, não é de um bairro, não é de uma rua, é da Cidade de Porto Alegre e é da cidadania. O direito econômico e o direito à preservação devem estar equilibrados. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, acho que o Ver. Comassetto já falou do tema da participação, do respeito, da transparência. Essa é a nossa opinião, e eu acrescento, pelo PT, Ver. Adeli, que a legislação já tem a possibilidade de uso dos índices construtivos: metade ociosos, metade construídos. E a soma dos dois, até para garantir. Porque, às vezes, tem um próprio que está inventariado, que ocupa todo o terreno e praticamente não tem mais espaço ocioso. Quero deixar para a reflexão das senhoras e dos senhores, pois não sou engenheira e, na época, os

engenheiros acharam que isso beneficiaria mais o próprio de imóvel. Óbvio que o problema dali é o critério do Executivo que nunca executou. Então, além de o Executivo fazer um inventário sem a participação das pessoas, sem transparência, sem critérios claros, a despeito do cidadão, não respeitou a lei também nesse item, no artigo do uso dos índices construtivos.

Então, eu acho que foi bom ter sido aberto esse diálogo aqui com o Prefeito. Nós queremos, sim, construir, queremos que a nossa Cidade fique mais bonita sem desprezar o patrimônio e a construção de cada família, com toda a certeza.

Eu também quero, como líder do PT, falar do dilema dos municipais e municipais que estão em greve há nove dias. Durante a manhã de hoje, na assembleia da categoria, avaliaram as propostas que foram para a Mesa na reunião de negociação de ontem. Nós acompanhamos – Ver. Kevin, eu, Ver.^a Fernanda, Ver.^a Jussara –, na quarta-feira, o início da reunião de negociação; depois, o Governo sentou somente com os municipais. E a categoria está cobrando muito, senhores e senhoras, a contradição do Governo Municipal, em relação às altas gratificações que foram aumentadas no ano passado e às que receberam regulamentação este ano e que entraram para a aposentadoria. Por isso está sendo muito difícil construir um acordo e uma saída para a greve. A categoria está muito radical por conta disso, uma vez que, se o Governo tem recursos para os altos salários, porque não recupera a inflação do conjunto? Esse é o tema! Por mais que o comando de greve tenha feito um esforço para convencer a categoria de que era um avanço, a base organizada – falo para os senhores porque eu estava acompanhando a assembleia antes de vir à reunião de lideranças – lotou o Centro de Eventos e rejeitou, contra a vontade do comando, Ver. Paulo Brum. Ou seja, o Governo não poderá desconhecer nem achar que há uma direção, Ver. Alex, que é uma direção que radicaliza ou que está querendo fazer desgaste político. É a base da categoria que não aceita os sinais trocados da administração do Prefeito Fortunati/Melo. Em tempo de penúria, não se bonificam altos salários. A crise não chegou este ano, a crise aconteceu o ano passado, no Brasil, apareceu no ano passado. Já foi um ano duro o de 2015. Neste ano, o Governo Fortunati/Melo já tinha que ter mostrado que estava poupando, que estava enxugando, que estava tendo cuidado, principalmente, em relação aos gastos com trabalhadores. Isso é pólvora pura, e a greve continua. A greve foi retomada hoje de manhã, houve caminhada, e nós sabemos que está marcada uma assembleia geral só para terça-feira.

Eu, em nome da Bancada do PT, faço apelo para a retomada imediata das negociações. Afirmo, na tribuna, o que eu disse na reunião de negociação de que nós participamos anteontem: Prefeito, se o senhor precisa de alguns meses e diz para o conjunto dos municipais que tem que parcelar, o senhor diga por que tem que parcelar e o que vai fazer para enxugar. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Encerro dizendo que propus hoje para o conjunto das lideranças a votação, nesta Casa, do teto salarial. A Bancada do Partido dos Trabalhadores tem a proposta de lei para o teto, mas, se for um grande acordo, pode se transformar num projeto de todos os Vereadores. Ótimo, porque nós estaremos sinalizando que nós queremos uma matriz mais horizontal, que nós não concordamos com essa desigualdade profunda.

O Prefeito pode pedir prazo, se ele indicar: “Eu vou enxugar aqui, ali e lá.” Se ele for transparente, a categoria poderá compreender: dá um prazo e recupera as perdas. Encerro dizendo: se até o Governador Sartori, que parcela salário, ao devolver o 13º, devolveu com correção, o Prefeito também tem que pensar nisso. Os municipais... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Cassio; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na verdade, o que me traz a esta tribuna é a fala do Engº Comassetto, que comentou sobre as calçadas em Porto Alegre. Concordo com V. Exa. e digo que as calçadas de Porto Alegre nunca estiveram boas, mas atualmente elas estão muito mal cuidadas. Nessa linha, Ver. Engº Comassetto, quero levantar uma questão – e não é por que já tenho um projeto que tramita nesta Casa há oito anos –, que já debati, desta tribuna, várias vezes. Temos uma lei de 1973 que diz que os passeios públicos fronteiros aos imóveis são de responsabilidade dos proprietários. Senhores, essa lei é de uma época em que o valor do IPTU era insignificante; as pessoas não pagavam o IPTU todos os anos como pagam hoje, porque era um valor insignificante. Os anos passaram, a situação econômica do País mudou, o comportamento todo mudou. E qual é

pág. 15

a minha tese? Que por ali, naquele passeio público, naquela calçada, por baixo está enterrada toda a rede pública, como o serviço de telefonia, o serviço de água, de esgoto, e aquela área não é de exclusividade ou de propriedade particular; ela é de propriedade pública. E sendo pública, a responsabilidade é do público. Eu concordaria, com excepcionalidade, no caso de uma reforma no imóvel; o particular faz uma reforma no imóvel e, por força daquele serviço, do trabalho daquelas obras, ficaria responsável por refazer toda a calçada. Agora, nós permaneceremos com essa prática, dizendo que o particular é responsável pelo passeio público, é algo extremamente ultrapassado, é da época do Império. E vou dizer mais, a questão de mérito: nunca teremos uma avenida, um pedaço, um trecho de rua, de passeio nesta Cidade de forma regular, porque um proprietário vai fazer o serviço num ano, o outro vizinho fará daqui a cinco anos; um usará um tipo de mão de obra, outro poderá colocar material um pouco diferente. Conclusão: esqueçam, nunca teremos uma via pública com passeio regular. Nunca teremos uma via pública com 100 metros ou 200 metros de passeio regular, porque um faz hoje, outro faz daqui a cinco anos, um usa um tipo de mão de obra, outro usa outro tipo de material. Nunca teremos. Como solucionar isso? O Código Tributário Nacional e a nossa própria Lei Orgânica dizem que o Executivo poderá cobrar taxas de melhorias. É preferível estabelecer critérios e compensar, de uma forma ou outra, aqueles que mantêm as calçadas regulares, chamar isso à responsabilidade pública e parcelar as despesas aos particulares. “Ah, mas aí vai dar muita despesa ao Executivo.” O Executivo está aí para trabalhar, não pode fugir da responsabilidade. A permanecer o que está hoje, é conversa que vai durar séculos sem solução. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Valter Nagelstein: Quero comunicar, pois acho que é do interesse de todos os Vereadores, especialmente do Ver. Bernardino, que criamos, no âmbito da SMURB, um grupo de trabalho coordenado pela arquiteta Ada Schwartz para a construção do plano diretor de espaços públicos, que vai regradar o padrão dos espaços públicos, inclusive o das calçadas da Cidade. Nosso desejo é que, no futuro, se evite isso que V. Exa. bem apontou, que é cada um fazer de um jeito diferente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadores, Srs. Vereadores, público que nos assiste pelo Canal 16, público presente nas galerias; venho a esta tribuna falar a respeito do nosso projeto sobre os inventários na cidade de Porto Alegre. Quero também aqui cumprimentar o Fernando e o pessoal do bairro Petrópolis, que estão acompanhando esta Sessão, tendo em vista especialmente esse projeto de lei. Esse é um projeto que fiz, no ano passado, a respeito, eu diria, de um fenômeno que ocorre na cidade de Porto Alegre, Fernando, pois, na nossa Cidade, os imóveis têm sido listados de uma forma, na minha opinião, até de congelamento dos bairros. Eu escutei em várias reuniões, principalmente lá no bairro Petrópolis, que muitas pessoas fizeram economia, compraram um imóvel como uma forma de se garantir para o futuro, esses imóveis foram listados e estão parados há seis meses, um, dois, três anos. Com isso, essas pessoas têm prejuízo, porque não sabem o que vai acontecer com o imóvel. Com essa forma indiscriminada, vários bairros da cidade de Porto Alegre tiveram esse mesmo problema que Petrópolis ainda está passando. Ver. Valter, V. Exa. que reside ali, talvez tenha o mesmo problema na sua residência, o de imóveis listados de forma indiscriminada. Nós procuramos, em diversos debates e discussões com associações de moradores e de empresários, uma forma de resolver esse problema na cidade de Porto Alegre. Protocolamos um projeto baseado em um que existe em Belo Horizonte e que tem dado muito certo: que, com relação a esses imóveis inventariados ou listados na cidade, a Prefeitura tenha prazo para dar resposta aos munícipes. Nós colocamos no projeto uma parte que fala dos índices construtivos: um imóvel listado, inventariado, a Prefeitura tem que ressarcir através de índices. Por exemplo: um imóvel que foi construído num terreno onde poderiam ter sido, pelo do Plano Diretor, construídos 800 metros quadrados, mas foram construídos 500 metros quadrados no inventariado, a pessoa perde esses 300 metros que não construiu e não pode construir em nenhum outro lugar. Muitas vezes, tem dificuldade de vender o imóvel, e isso cria vários problemas para aquela pessoa e para a região, porque acaba ficando uma região em que o desenvolvimento não acontece. Esses imóveis, muitas vezes, como não podem ser modificados, acabam se transformando em comércio, em algumas lojas e restaurantes, e isso também traz um novo movimento de

peças para o bairro, o que prejudica a comunidade e a sociedade. Nesse nosso projeto, com essa diferença do índice construtivo que não foi utilizado, o proprietário tem que ser ressarcido pela Prefeitura pelo prejuízo que está tendo e poderá utilizar num outro imóvel. Não é justo que, se um imóvel é importante e tem que ser inventariado, o proprietário fique com o ônus, para que a sociedade possa usufruir daquele imóvel. Nós queremos que sejam repartidos com toda a Cidade o ônus e o bônus.

Esse projeto também coloca prazos para a Prefeitura, porque não pode ficar eternamente um imóvel listado. Conversamos com vários Vereadores que estão colocando emendas importantes: a Ver.^a Sofia Cavedon tem um projeto de sua autoria sobre inventário; também conversamos com o PSOL, o PP, com todos os partidos, e os Vereadores estão colocando emendas.

O Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo, me procurou no início da Sessão, porque o Prefeito Municipal está preocupado com esse projeto. O Vereador nos pediu que fosse adiada a votação desse projeto por algumas Sessões, para que pudéssemos dialogar com o Prefeito Fortunati e chegássemos a um acordo sobre o projeto e as emendas, tendo em vista que é um projeto importante para a cidade de Porto Alegre. Nós vamos fazer o requerimento atendendo ao pedido do Prefeito e do Líder do Governo. Portanto, peço a compreensão do pessoal de Petrópolis, para que, através do diálogo com o Prefeito, a gente chegue a um consenso o mais rápido possível, porque eu tenho certeza de que a Cidade precisa e espera logo por uma solução para esse problema. Não é possível que a sociedade esteja pagando por inventários que não estão sendo realizados da forma como deveriam. Peço a compreensão das pessoas e dos Vereadores, com quem já estava acordado, que são favoráveis a esse projeto e estão colocando emendas. Vou pegar todas as emendas, dialogar com o Prefeito, segundo o Ver. Kevin Krieger, na segunda-feira. Transferimos a votação para a próxima quinta-feira, para que a gente possa não só aprovar esse projeto, mas ajudar a resolver esse problema em conjunto com os demais Vereadores, resolver um problema da Cidade, Ver. Valter, com o qual todos estamos preocupados, Ver. Pujol, Ver. Cecchim, Ver. Ferronato, Ver. Paulo Brum e demais Vereadores. Que nós, junto com a Prefeitura, possamos chegar a uma solução. Peço a compreensão de todos. Farei o pedido de adiamento por duas Sessões ao Presidente, Ver. Cassio Trogildo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença, no plenário, da Deputada Any Ortiz, nossa ex-colega Vereadora. Seja muito bem-vinda!

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; falo em Liderança do meu partido. Ontem, a cidade de Porto Alegre teve um dia agitado, e esta Casa também: tivemos, neste plenário, a assembleia dos municipais, que decidiram pela retirada da ocupação da Casa. Hoje fizeram uma assembleia e decidiram permanecer em greve. É uma greve que segue, com os trabalhadores não aceitando a proposta imposta pelo Governo, uma proposta que prevê um parcelamento da inflação em três vezes. Parcelamento do que foi consumido nos salários dos trabalhadores municipais, pois a inflação nada mais é do que o que foi deteriorado na mesa dos trabalhadores nesses últimos 12 meses. O Governo propõe que o que foi consumido e deteriorado na mesa dos trabalhadores seja parcelado em três vezes, e esse parcelamento vai até o final do ano. Para vocês que estão em casa entenderem: o Governo propõe que o pão, o arroz, o feijão dos municipais de Porto Alegre – a pessoa que atende a senhora, o senhor no posto de saúde, que atende o seu filho na escola – tenham o mesmo valor que no ano passado, só que não combinou isso com o padeiro, com o dono do supermercado, com o dono do posto de gasolina. Não combinou isso com ninguém, porque a inflação existe, isso não acontece na hora que o trabalhador municipal vai adquirir bens para sua família. A única coisa que os municipais estão negociando é a inflação, não existe aumento real. É claro que a categoria não aceitou, porque houve uma correção das taxas, impostos e tributos do Governo. Automaticamente, a categoria não aceitou ver a inflação parcelada em três vezes. Mas os municipais honraram o acordo feito, desobstruíram o que estava sendo ocupado e hoje decidiram permanecer em greve. Nós apelamos à Prefeitura para que reveja sua proposta e dê reposição da inflação aos municipais: eles não estão pedindo reajuste, estão pedindo reposição da inflação.

Tivemos ontem aqui o encontro da Federação Afro Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul.

E tivemos, no final da tarde, uma carreata em Porto Alegre, que juntou mais de dois mil taxistas, que percorreram as ruas da Cidade pacificamente e terminaram na Casa do Povo de Porto Alegre, onde estão sendo discutidas questões de regulamentação das plataformas e aplicativos, que não é a questão de uma empresa, como todos tentam falar. Como já falei várias vezes na tribuna, o aplicativo não diz respeito somente ao transporte individual de passageiros, ele vem para o transporte coletivo de até 25 pessoas, para o transporte escolar, para fretes, o aplicativo vem para todos os transportes, todos os modais de transporte em Porto Alegre, com exceção, por enquanto, do transporte de ônibus. Ver. Reginaldo Pujol, outros Vereadores que aqui discutem muito a questão do transporte coletivo, Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver.^a Sofia Cavedon, nunca se esqueçam de que o cálculo da tarifa de ônibus em Porto Alegre inclui o número de passageiros... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Quando nós discutimos a questão dos aplicativos para todos os modais, automaticamente vamos estar discutir a questão da tarifa de ônibus também, porque irá tirar o número de passageiros dos ônibus. É só um alerta que estou fazendo. Tudo o que chega, de imediato, é maravilhoso, mas nós temos que projetar o futuro, temos que projetar as consequências desse futuro. Colegas Vereadores disseram que ouviram nos seus *blogs*, nas suas redes sociais a população, que diz que quer essa maravilha. A população quer tantas maravilhas hoje em dia, mas nem sempre os entes políticos ouvem surda e cegamente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas; eu queria começar falando da situação bastante grave por que passa a saúde pública neste momento. Não é nenhuma novidade que os governos estão repassando menos recursos para uma área tão importante para a nossa população. O balancete que nós estudamos, para fazer coro com as reivindicações justas e legítimas dos municipais, mostra que a arrecadação do IPTU aumentou no Município de Porto Alegre em comparação a 2014 e 2015, no mesmo quadrimestre. Houve um esforço da nossa bancada, mostrando, inclusive, que o aumento

na arrecadação do Município foi levemente superior à inflação do período. Portanto, nada mais justo do que os trabalhadores terem um aumento condizente com o tamanho das perdas que a categoria vem sofrendo ao longo dos anos. Já houve o parcelamento o ano passado, e a Prefeitura economizou R\$ 100 milhões às custas dos municipais. Com as propostas de parcelamento deste ano, mais uma vez, entre R\$ 90 milhões e R\$ 120 milhões, dependendo da proposta, serão economizados; economizados entre aspas, porque, para nós, não é economia. Tudo aumenta: o ônibus aumentou 15%, muito embora a nossa ação tenha revogado, durante um mês, o aumento das tarifas. Mas, infelizmente, a classe trabalhadora está tendo os seus salários arroxados. Uma das áreas que, de fato, diminuiu a arrecadação, Ver. Kevin, foi o repasse federal, sobretudo o dinheiro que é enviado ao Fundo de Participação dos Municípios: foram menos 8,4%, comparado com o mesmo período passado. Houve a diminuição dos repasses do Governo Estadual. Nós sabemos que o Governo Sartori deve R\$ 40 milhões para o Governo Municipal. Nós temos o aumento da falta de medicamentos nas farmácias distritais, nós temos o projeto do HPS sem climatização, o que é um escândalo, colocando em risco a vida dos pacientes graves que entram lá em relação às condições térmicas. Nós temos o problema de falta de trabalhadores, de técnicos, de auxiliares. A Operação Inverno sequer começou, Ver. Mario Manfro, e nós já temos uma defasagem enorme de trabalhadores. Qual não é a minha surpresa, quando eu recebo uma documentação que mostra uma fraude rescisória no IMESF? Todos sabem que nós falamos da terceirização como um problema para o Município de Porto Alegre na ideia de ferir a saúde pública como um direito e um dever do estado. Todos acompanharam a nossa luta, muito bem encabeçada pelo Ver. Pedro Ruas, à época, dando sequência à luta contra a corrupção no caso do Sollus, pois foram mais de R\$ 20 milhões roubados dos cofres municipais.

Nós temos um caso de uma funcionária chamada Marcelina Zacarias Ceolin, que teve o contrato rescindido no dia 8 de setembro de 2014 e foi readmitida no dia 9 de setembro, ocupando um cargo superior. Portanto, seria uma promoção, não uma rescisão, que pode trazer danos à vida funcional do servidor, que perde tempo de serviço, e também traz custos ao Município, porque o IMESF segue a CLT. Essa funcionária recebeu as verbas rescisórias num total de R\$ 14.616,93, pela documentação que nós recebemos no nosso gabinete. A Portaria nº 384, de 19 de junho de 1992, do Ministério do Trabalho, no seu

art. 2º, diz: “Considera-se fraudulenta a rescisão seguida de recontração ou de permanência do trabalhador em serviço, quando ocorrida dentro de 90 dias subsequentes à data que formalmente a rescisão se operou.” Nós temos aqui um caso em que foi no dia seguinte, uma rescisão que teve custos para o Município e está caracterizada, pela legislação, como fraude, sem contar os prejuízos ao Erário municipal! Eu estou fazendo esta denúncia ao conjunto dos Vereadores da Câmara Municipal e vou fazê-la por escrito, Ver. Kevin Krieger, porque o dinheiro público é sagrado, ainda mais se tratando de dinheiro da saúde pública municipal.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e na TVCâmara, senhoras e senhores; venho a esta tribuna hoje para fazer um registro importante a respeito de uma entidade, que é a Associação Nacional de Defesa e Informação do Consumidor – Andicom, com sede em Porto Alegre, que tem prestado relevantes serviços a partir de ações civis públicas. Inclusive, já ganhou uma ação civil pública tornando obrigatório o bloqueio dos *e-mails* dos telefones celulares roubados, e, agora, está propondo, Ver. Mario Manfro, uma nova ação civil pública a respeito dos carros que são recuperados, quando dada perda total por acidente.

Mas eu ainda quero me referir a essa questão dos *e-mails* dos telefones celulares. Hoje nós tivemos uma reunião com o Secretário de Segurança do Estado. Existe um dispositivo que a Anatel está fornecendo para as Secretarias de Segurança, em nível nacional – hoje percebemos que a violência está cada vez pior, Ver. Cecchim –, que permite que a Secretaria de Segurança, a partir deste convênio com a Anatel, bloqueie ou desbloqueie o *e-mail* dos telefones roubados, o que é muito interessante, porque, se for conveniente para uma determinada investigação, mesmo que aquele *e-mail* faça referência a um telefone roubado, ele pode ser desbloqueado para uma investigação. Veja que interessante, Ver. Tarciso.

Estivemos hoje lá conversando, e o advogado da Andicom, o Dr. Dionisio Cavalcanti, informou que eles estão elaborando uma nova ação civil pública, que deve ser

protocolada o quanto antes na Justiça Federal, relativa ao seguinte, Ver. Adeli: quando a um carro é dada perda total, ele entra para um sistema das seguradoras e, mesmo que ele seja recuperado e retorne para a praça, nenhuma seguradora faz o seguro desse carro. Se nenhuma seguradora mais faz seguro para esse carro, como é que esse carro retorna para a praça? Se foi dada perda total – PT, como eles chamam, e não tem nada a ver com o Partido dos Trabalhadores –, o que acontece? Eu sou leigo – como o Ver. Paulo Brum, o Ver. Dr. Goulart –, vou na Av. Ipiranga comprar um carro e não sei que foi dada perda total para aquele carro. Eu olho e compro o carro. Aí, quando vou fazer seguro, nenhuma seguradora faz. Acho que é muito coerente essa preocupação da Andicom, essa ação civil pública tem por objetivo não permitir que esses automóveis retornem, porque eles podem causar um acidente, isso pode acabar numa tragédia, pessoas podem perder a vida em função de um automóvel para o qual foi dada perda total, sendo o ex-dono indenizado em 100%. Só que daí o pessoal faz uma gambiarra, dá uma ajeitada, o carro volta para a praça, volta a ser vendido, mas ninguém faz seguro, porque ele não tem mais condições de trafegabilidade com segurança.

Nesta tarde, faço minha manifestação em Comunicação de Líder pelo meu partido para cumprimentar a Andicom, que tem puxado à frente uma série de iniciativas como essas duas que estou relatando. Uma com relação aos telefones celulares roubados. A partir de agora, quando for feito o registro na Polícia Civil de que o aparelho celular foi roubado, é obrigatório o cancelamento do IMEI do aparelho, e ele não funciona mais. Não adianta mais roubar celular, porque o telefone não vai mais funcionar se for roubado, desde que seja feito um registro, um boletim de ocorrência de furto ou roubo. Agora, se a inteligência entender que, mesmo que ele tenha sido roubado, ele pode ser desbloqueado para uma investigação, para pegar uma quadrilha ainda maior, aí pode, o que é muito inteligente no nosso entendimento. A segunda manifestação da Andicom é especificamente com relação aos carros que, envolvidos em acidente, têm perda total e acabam voltando para o mercado, quando nenhuma seguradora faz o seguro deles. Um cidadão leigo que vai a uma revenda de carro e não sabe, acaba comprando aquele automóvel, muitas vezes sem a segurança mínima necessária para que ele possa trafegar nas ruas, avenidas e estradas. Fica nosso registro em tempo de liderança nesta tarde de trabalho desta quinta-feira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença da Ver.^a Marlen Peliciolli e do Ver. Adriano Nunes, do PPS de Bento Gonçalves, que vieram acompanhar e prestigiar a votação do PLL nº 177/13, de autoria da nossa então Vereadora e hoje Deputada Any Ortiz.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; venho a esta tribuna revestido de orgulho e júbilo por um fenômeno pouco conhecido que aconteceu, ontem à tarde, no bairro Restinga. Tocou para este Vereador, no baile de inauguração do Centro Popular de Compras da Restinga – com 85 economias, com vários comércios, inclusive de vegetais –, bailar com a mais bela. Como quase ninguém falou neste assunto, achei que não tinha sido muito enfático ao anunciar para as pessoas que, para mim, tocou essa missão difícil, uma vez que já tinha se passado muito tempo da previsão de inauguração, e a obra não tinha sido feita. Mas, com dificuldade, com visitas semanais, com conversas semanais com a construtora, aconteceu. E aconteceu mais: aconteceu de conseguirmos, junto com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, os valores, os recursos, os R\$ 2,5 milhões para construir o que faltava, os 95% do prédio. Conseguimos pela contrapartida de uma empresa de construção que tinha feito um *shopping* grande em Porto Alegre, mas que devia para a Prefeitura – descobrimos isso – o valor de R\$ 2,5 milhões como contrapartida. Ontem, quando eu vi as pessoas faceiras, felizes, quando olhei, na hora em que estavam inaugurando, para a rua e vi as calçadas completamente abandonadas pelos camelôs, fiquei feliz. Fiquei feliz, e ficou feliz o meu gabinete por termos colocado mais uma vitória na história deste Parlamentar. Nessa história, nós vivemos a retirada de uma vila horrível, decrépita, suja, a Vila Chocolate. Nós fizemos a mudança da decrépita, infecta e horrível vila para um local perto do Porto Seco: limpinho, bonitinho, a Vila Dique. Nós fizemos modificação de várias e várias vilas, também esqueceram de falar isso. A imprensa gosta muito de falar barbaridade, gosta de falar horrores, e agora eu espero que, na próxima reunião do meu partido, o PTB, a gente fale um pouco dessas conquistas que aconteceram, principalmente na de ontem, que retirou totalmente os camelôs de todas as ruas. Claro que outros Secretários que se envolveram, mas nenhum teve a sorte que eu tive de fazer

a construção acontecer. Como estavam lá grandes autoridades e elas esqueceram isso, eu falei, no meu gabinete, que eu ia lembrar aqui da tribuna, que é o canto de onde eu posso falar, eu posso cantar, eu posso rezar, eu posso denunciar. Foi um encanto ter feito o camelódromo da Restinga que ninguém fazia! Claro que trabalharam bastante, bem, bonito, e tocou para nós fazermos. À equipe querida que esteve comigo eu agradeço neste momento. Viva a Restinga, viva o trabalho que o Parlamentar pode fazer, viva o trabalho que os Secretários podem fazer! E vou fazer muito mais em outros lugares.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; primeiro, cumprimento o Dr. Goulart pela inauguração do camelódromo da Restinga. Um camelódromo que já tinha projeto... Olha, faz tempo que eu saí da Secretaria, faz seis anos. Finalmente inauguraram, Ver. Adeli! Eu me lembro de que, logo que eu saí, nós deixamos pronto um projeto que, agora, ficou ampliado, é verdade, que precisava de R\$ 350 mil para terminar. O tempo foi passando, passando, e o Ver. Dr. Goulart teve que se virar lá para arrumar.

Imaginem a minha alegria quando eu fiz o camelódromo no Centro da cidade de Porto Alegre, um camelódromo com 800 lugares, sem gastar nenhum real público, nem como contrapartida. Foi apenas uma concessão de uso, e o Centro da Cidade ficou, por vários anos, sem os camelôs na rua; agora, eles estão voltando. Espero, Ver. Dr. Goulart, que cuidem lá na Restinga para que não voltem para a rua, porque, no Centro, estão voltando. Estão voltando às pencas, estão vendendo produtos de tudo quanto é tipo, principalmente produtos ilegais. Nós, que damos “guarida humanitária”, damos guarida para comerciantes populares do Senegal, da África, do Haiti, de todos. O que nós temos no Centro de Porto Alegre são vendedores de produtos ilegais, de produtos piratas – isso não é asilo humanitário. Isso não é asilo humanitário! Nós estamos com as ruas entupidas de vendedores de produtos ilegais e de imigrantes que vieram para cá para procurar, supostamente, um lugar para morar. Não! Tem que averiguar se não vieram trazidos por grupos de vendedores de produtos, estes atacadistas que têm a exploração dos africanos

no mundo todo. E aqui, no Centro de Porto Alegre, nós temos isso de volta. Eu acho que nós temos que ter iniciativa. O camelódromo do Centro, o grande Pop Center, transformou camelôs em comerciantes treinados pelo Sebrae, organizados. Hoje, nós temos os filhos com muitas lojas lá, treinados; comerciantes, já com lojas em outros lugares. Isso foi um trabalho social, um trabalho social muito forte, e esse camelódromo se fez em pouco tempo. No Centro da Cidade, se fez o camelódromo em um ano e meio! Terminamos em um ano e meio, levamos todos os camelôs que estavam na rua, e não houve ajuda financeira do Município. Só houve muito trabalho, muito trabalho! Por isso, Dr. Goulart, venho aqui muito feliz no dia de hoje, porque, antes de eu sair da SMIC, deixamos um projeto pronto, o pontapé inicial. Eu não recebi nenhum convite para ir à inauguração, mas não tem importância, o camelódromo da Restinga, como V. Exa. disse, era do gabinete do Dr. Goulart. Então, tudo bem, eu não fui lá, mas estou feliz assim mesmo, porque se fez o que deveria ter sido feito há muito tempo. Finalmente está pronto, e espero que não botem para a rua aqueles que foram para o camelódromo também; espero que tenhamos sempre uma visão social e não uma visão distorcida, como é o caso dos africanos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Não são os africanos! São aqueles que estão vendendo produtos piratas, que já vieram de lá com esse objetivo! Eles invadem as ruas do mundo todo para fazer isso: comércio ilegal. Não são imigrantes necessitados, eles vêm para fazer comércio ilegal. Não são só africanos não! Temos muitos marginais vendendo no Centro, vendendo de tudo. Nós temos até índios vendendo de tudo ali no Centro, até índios vendendo coisas que não fazem e não usam, mas usam os locais teoricamente de indígenas para vender os produtos; no meio da rua, trancando as ruas de Porto Alegre que já tinham sido desobstruídas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (16h05min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Mauro Pinheiro (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 020/14 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Aírto Ferronato, ao PLCL nº 020/14.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLCL nº 020/14.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Elizandro Sabino, ao PLCL nº 020/14.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, ao PLCL nº 020/14.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, ao PLCL nº 020/14.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Kevin Krieger, ao PLL nº 120/15.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 120/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLL nº 177/13.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 177/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, ao PLL nº 120/15.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 120/15 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Dr. Goulart: É necessária uma manifestação discretíssima, em pouco tempo, mas eu tenho que fazer justiça a V. Exa., que nos citou na sua fala, e, principalmente, falar sobre o Ver. Pujol, que tem elogiado e tem falado a respeito desse trabalho que nós fizemos na Restinga. Quero agradecer ao Ver. Pujol, que sempre tem se referido a isso. Seria uma injustiça que eu, tomado pela emoção, tivesse esquecido de fazer essas citações.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Está feito o registro.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 289/14 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, logo após a votação, em 1º Turno, do PELO nº 001/13, votar a Indicação nº 051/14. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Lourdes Sprenger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, logo após a votação, em 1º Turno, do PELO nº 001/13, a votação da Indicação nº 051/14, discutir e votar o PLCL nº 023/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Solicitamos a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos, logo após a votação, em 1º Turno, do PELO nº 001/13, a votação da Indicação nº 051/14 e a discussão e votação do PLCL nº 023/15, discutir e votar o PR nº 051/15.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 177/13. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 177/13.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; é com satisfação que abro este debate, inclusive com a presença da Deputada Any Ortiz, que, quando Vereadora, foi a autora desta propositura, levada adiante pelo nobre Vereador, nosso querido colega Mendes Ribeiro. Nós, historicamente, temos levantado aqui um debate sobre a defesa intransigente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com sua orientação, com sua normatividade. Nós acreditamos que devemos continuar, já que, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nós temos a inclusão de disciplinas e de conteúdos. É uma discussão que deve ser acompanhada pelo Ministério da Educação, pela Secretaria Estadual, pelo Conselho, pela Secretaria Municipal e pelo Conselho Municipal. Eu louvo, Deputada Any Ortiz, assim como o Ver. Mendes Ribeiro, essa propositura, porque ela vai forçar essa discussão. Eu gostaria que pudéssemos discutir desde o ensino fundamental a temática e o conteúdo relativos à educação financeira, porque um dos grandes problemas do Brasil é a falta de um planejamento nas famílias, na sociedade para o mundo do consumo, ainda mais que estamos num consumo de massa feroz, meio que querendo seguir o exemplo americano, e nós sabemos que isso é impossível. Seguindo o padrão de consumo americano sem um planejamento efetivo, nós vamos acabar não só causando traumas, dramas e tragédias familiares, como também ambientais, porque há destruição da natureza a todo preço.

Portanto eu diria que nós deveríamos chamar, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ver. Mendes Ribeiro, um debate com a Secretária Cleci e com o Conselho Municipal de Educação. Eu gostaria de fazer parte, porque sou militante da causa da educação tributária. Nós teríamos como grande aliado o Afocefe, Sindicato dos Técnicos do Tesouro do Rio Grande do Sul, que tem militado diariamente sobre essas questões. Sem dúvida nenhuma, teríamos outras instituições, Ver. Villela, que nos ajudariam no debate sobre esses conteúdos. O meu voto, Any e Pablo... É que não tenho, historicamente, acompanhado a votação da integração desses conteúdos no currículo por

uma questão de princípios, porque me pauto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas eu quero dizer que sou parceiro da Deputada Any e do Ver. Mendes para qualquer atividade que possamos fazer.

O Sr. Mendes Ribeiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Adeli Sell, muito obrigado pelas palavras de incentivo ao projeto, mas eu quero informar a V. Exa. que consta, no projeto, um parecer favorável do Conselho e da Secretária referente a esse tema.

O SR. ADELI SELL: Eu acho extremamente importante a abertura. Eu não poderia achar diferente a postura de aceitação da Secretária Cleci, porque temos tido, Ver. Mendes, um amplo debate sobre esses temas com ela. Portanto, o que acabo de dizer é que temos um vasto campo aberto para fazermos não só o debate, mas também para incrementarmos essa política. O meu voto e, provavelmente, o dos meus colegas, não mudará essencialmente a votação final, pelo que pude ver no plenário. É apenas uma questão de marcação de posição histórica, que não vamos mudar neste momento, mas que vamos trabalhar.

Nós usamos este tempo aqui para dizer que é louvável... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que são louváveis as suas iniciativas. Vamos nos somar à iniciativa da Deputada e do Vereador para levar esse debate para todas as escolas do Município e, se possível, para as escolas do Estado na cidade de Porto Alegre. Quero ser parceiro, acho que é extremamente importante; cutucaram bem, fizeram muito bem, continuemos juntos. Somos parceiros para esta e outras tantas caminhadas.

Para concluir, quero desejar à Deputada Any Ortiz muito sucesso na sua atividade parlamentar na Assembleia. Aqui na Câmara, tivemos uma relação altamente positiva. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 177/13.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje, Vereadores, Vereadoras; gostaria de saudar especialmente o Ver. Mendes Ribeiro, que trouxe ao plenário, para apreciação e votação, este projeto de lei escrito pela atual Deputada Estadual Any Ortiz. Gostaria de saudá-los por conta do mérito da proposição. Eu vou falar em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, nós estávamos conversando anteriormente sobre o nosso posicionamento com relação a esse projeto. Educação financeira é importante para todos: crianças, adolescentes e adultos, porém, eu, como professor, me sinto impedido de votar favoravelmente, embora o Ver. Mendes Ribeiro tenha afirmado que colocou uma emenda a este projeto. A proposta inicial tendia a obrigar as escolas a incluir conteúdo no seu currículo.

Na semana passada, já havíamos feito um debate e votado um projeto de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que colocava, com esses termos, o estudo da história do Orçamento Participativo do Município de Porto Alegre. Eu reitero a minha posição: sou contrário à inclusão de peças no currículo escolar por conta da estruturação básica desse currículo. Nós temos, aqui no Brasil, uma parte do currículo que é nacional, ou seja, a base curricular nacional deve ser aplicada em todas as escolas, sem exceção. Agora, a parte livre do currículo compete exclusivamente às suas comunidades, àqueles que são os consumidores da educação, os atores do processo – alunos, pais, corpo docente, direção das escolas –, que devem decidir o que é ou não pertinente de ser trabalhado junto ao currículo das suas instituições escolares.

Portanto, volto a destacar o mérito da ação, concordo plenamente com a necessidade do debate desse tipo de tema, mas encaminho o meu voto contrário à aprovação do projeto. Seria totalmente favorável a um processo de indicação de um programa municipal para tratar o tema, e como programa teríamos uma padronização, uma uniformidade de como será aplicado esse tipo de assunto, em que momento seria mais adequado; ou seja, o planejamento unificaria e transformaria essa iniciativa em algo homogêneo em toda a rede municipal. Mas a inclusão através de peça curricular, componente curricular, acredito que não vá ter um retorno positivo, porque cada escola vai aplicar isso ao seu modo, e acho que poderemos ter melhores rendimentos, um melhor aproveitamento da proposta se ela viesse para o Município de Porto Alegre na forma de um programa municipal.

Portanto, volto a destacar o mérito da iniciativa, porém o meu voto e o da Ver.^a Melchionna é contrário ao projeto em questão. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLL nº 177/13. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 177/13.

O SR. MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar em especial a Deputada Any Ortiz, autora do importante projeto. Tem projetos que temos que superar certas vaidades, e eu, com muita humildade, resolvi levar adiante este projeto por entender que é extremamente importante. Gostaria de ler um artigo da Deputada que ilustra bem a importância deste projeto, que foi publicado hoje no Jornal do Comércio (Lê.): "Quem nunca teve um cofrinho? Ele é o símbolo de uma máxima: 'Quem poupa sempre tem'. É comum crianças serem estimuladas por seus pais a economizarem, reservarem seu dinheiro para que num futuro possam adquirir algum bem ou serviço. Um conselho de ouro mas que vai sendo esquecido. Poucos conseguem manter o hábito de economizar diante da pressão de uma sociedade que nos estimular a consumir cada vez mais. Hoje, quase 10 milhões de jovens no Brasil, entre 18 e 25 anos, estão endividados. Os autores da pesquisa revelam que a falta de experiência dos jovens com o uso do crédito e a maneira impulsiva na hora de comprar também são fatores que contribuem para esse resultado. A vida está apenas começando e estes jovens já possuem dívidas de gente grande. Se crescemos em um meio em que não nos ensinam limites, só vamos tomar consciência do mal que fizemos ao nosso bolso tarde demais. O problema do endividamento vem da falta de uma cultura de educação financeira."

Então, o tema educação financeira será abordado de forma transversal, não cria uma disciplina, mas aborda o tema educação financeira em todas ou na maioria das disciplinas do ensino fundamental e ensino médio. Um projeto tão simples pode fazer com que os nossos jovens de hoje possam entrar na vida adulta sem dívidas, com condições de gerirem seus próprios recursos.

Então eu peço aprovação dos colegas deste importante projeto que foi construído com a Secretária Cleci, com o Líder do Governo, com a Deputada Any Ortiz e por mim. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 177/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estava conversando com a Ver.^a Lourdes e lembrávamos do tempo em que estávamos no Colegial, no Ginásio. Aprendemos tanta coisa quando estávamos na escola, principalmente Matemática, que serve aos colegas engenheiros aqui nesta Casa. Agora, com certeza, se nós aprendêssemos o que é sugerido no projeto da ex-Vereadora e hoje Deputada, encaminhado pelo Ver. Pablo nesta Casa para apreciarmos, teria muito mais serventia para nós no nosso dia a dia. Então, acho que cabe a nós, sim, Ver. Alex, modernizar as coisas. Quando eu estudei Organização Social e Política Brasileira, a gente sabia como era composto um município, um estado, um país, uma nação; o que era um regime democrático, uma monarquia, uma série de coisas; como era um ministério, uma secretaria, uma câmara, um parlamento... Hoje em dia não se veem mais essas questões, uma série de coisas que foram tiradas da grade curricular. Eu acho que nós podemos – ainda mais nesta Cidade, que aprovou a escola de tempo integral; que aprovou, há menos de duas semanas, a inclusão, na grade curricular, de democracia, que é o Orçamento Participativo – ensinar para as crianças o que se lê muito nos livros, sobre a democracia lá na Grécia Antiga, na Roma. Vamos começar a ensinar para as nossas crianças a democracia moderna através da participação popular, do Orçamento Participativo. E eu acho que a gente pode ensinar para as crianças do Município de Porto Alegre como organizar financeiramente a sua vida, para não vermos jovens iniciando no mercado de trabalho já proibidos de ingressar num concurso público, ter sua profissão, sua carreira, por estar inadimplente, por não ter tido uma orientação que, muitas vezes, seus pais não tiveram, porque seus pais não têm como ter a gestão financeira dos seus próprios rendimentos, a gestão financeira da sua casa. Por que não isso? Por que não dar esse aprendizado de como ter o controle de suas finanças já que diariamente a TV os induz ao consumo, diariamente lhes é ofertado um bem que eles podem ir consumir, mas não os dizem que no final do mês tem que pagar? Eu acho que é salutar ensinar, é salutar as pessoas aprenderem o conhecimento. E eu acho que esse conhecimento não

tem idade; quanto mais cedo aprenderem, nós teremos cidadãos qualificados e preparados não somente para entrarem no mercado de trabalho, mas preparados para as suas vidas, para conduzirem as suas vidas, para terem uma vida sadia, não somente na questão da saúde mental, mas uma vida sadia financeiramente.

Parabéns à Deputada e ex-membro desta Casa por este projeto, ao Pablo por trazer este projeto à discussão e à votação e ao Governo por ter aceitado um projeto destes que vai sanear a vida financeira dos jovens da cidade de Porto Alegre, preparando-os não só para o mercado de trabalho, mas para terem uma vida sadia financeiramente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 177/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; de uma forma muito particular, Ver. Mendes Ribeiro; e quero saudar a presença da ex-Vereadora, nossa colega, Any Ortiz, que hoje é Deputado Estadual: sempre é um prazer tê-la aqui. Esta Casa é uma casa, assim como a Assembléia Legislativa, os Parlamentos, enfim, do debate da pluralidade de ideias, e é nesse sentido que eu inicio dizendo que a minha visão é uma visão, nessa pluralidade de ideias, diferenciada dos colegas que me antecederam, com exceção do Ver. Alex. Eu estava observando e prestando a atenção nos encaminhamentos feitos aqui, e estava lembrando da votação e do acirrado debate que nós tivemos aqui por ocasião do Plano Municipal de Educação, um debate ferrenho nesta Casa, um Plano Municipal de Educação que veio a esta Casa encaminhado pelo Executivo e com conteúdos importantes oriundos de um congresso municipal de educação onde foram debatidos amplamente o currículo do Município de Porto Alegre e as suas transversalidades. E nós tivemos, naquele momento, esse debate acirrado de visões diferentes de sociedade, algo que, para mim, foi um atraso no Plano Municipal de Educação, e eu aqui estou resgatando que esse plano teve um debate com enorme participação, com a participação do Simpa, dos educadores, da ATEMPA, com participação de várias entidades representativas dos educadores conseguindo, inclusive, em alguns momentos, discutir nesta Casa... Eu lembro que representava o Governo o

Ver. Cassio Trogildo, o Ver. Reginaldo Pujol, quero fazer referência aos Vereadores, nós, pela Frente Parlamentar em Defesa dos Municipários; outros Vereadores, Ver.^a Sofia, Ver.^a Fernanda, Ver. Alex. E nós conseguimos, nessa participação, fazer avançar algumas coisas que o Executivo não tinha mandado de acordo com o Plano Municipal de Educação. Eu faço esse resgate fundamentalmente nesse item, que, por um voto, por uma emenda nesta Casa, foi retirado do Plano Municipal de Educação um conteúdo decisivo para que nós possamos transformar este mundo num processo de educação a partir, sim, dos primeiros passos de educação, que foi o item 23 – se não me engano, Ver. Pujol –, da retirada da questão de gênero e diversidade da educação transversal, que, para mim, são estratégicos na formação por um mundo de igualdade, sem opressão, sem discriminação. E eu não consigo esquecer da retirada desse conteúdo e de momentos que vivemos aqui, de pressões, de visões diferentes da sociedade. Exatamente por ter essa visão diferente que eu não quero entrar em contradição, eu acho que a educação financeira é importante, mas na minha visão é diferente. Eu vou votar contra na medida em que a educação financeira não estava, inclusive, na discussão do Conselho Municipal e não veio no Plano Municipal que foi discutido nesta Casa por esses componentes que aqui acabo de dizer. E finalizo dizendo que, na educação financeira, quem sabe, na sociedade que nós vivemos, para ensinar não a educação libertadora financeira, mas talvez para ensinar as crianças como gastar melhor no sistema capitalista.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 177/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, eu serei rápida, apenas para deixar clara a posição da bancada do Partido dos Trabalhadores, de que nós já trabalhamos muito nesta Casa. Acho que nós todos temos muitas boas intenções, Deputada Any, e pensamos em quantas coisas importantes têm a desenvolver na escola. Nós só temos acumulado aqui – o Ver. Adeli já falou, agora, o próprio Alex, a Ver.^a Jussara – que o currículo é algo vivo, é algo datado, tem que ser construído pelo conjunto da comunidade escolar, tem que compor o plano político pedagógico. Então, para além do que estabelece a legislação federal, o Conselho Nacional de Educação, o Municipal, nós não devemos,

pelos Parlamentos, estabelecer currículos para as escolas, porque estamos ferindo a Lei da Gestão Democrática, estamos tornando anacrônico, engessado o currículo das escolas. Daqui a pouco, nós temos uma lista a ser cumprida nas salas de aula, uma imensa de uma lista. E aí inviabiliza que as escolas tenham um currículo vivo, dialogado, respondendo a cada conjuntura, a cada comunidade diferenciada. Então, não deixa de ter mérito; tem mérito, sim. a escola deve trabalhar em determinados momentos, na matemática, na história, a partir da vida da comunidade, do tema gerador, do projeto político pedagógico e da concepção pedagógica discutida em cada escola, em cada grupo coletivo de professores, de áreas do conhecimento, etc. Então, queria dizer, com todo o respeito e carinho que temos pela Any, que nós não votamos para retaliar o currículo, porque isso desrespeita toda uma construção nacional, planos construídos, inclusive o sistema municipal de educação, a legislação que votamos nesta Casa. Votamos aqui o conselho escolar, a eleição de diretores, o sistema municipal de ensino, o Conselho Municipal de Educação, e tudo tem previsão. O próprio Plano Municipal de Educação foi votado nesta Casa. Então, nós não podemos agora fazer enxertos exatamente na prática pedagógica dos professores e das escolas. É como dizer o que o médico e o advogado têm que fazer na hora da sua prática, conforme cada doente, cada cliente. É a partir da sua história e da sua demanda que o médico, o advogado ou qualquer outro profissional vão lançar mão de conteúdos, dos seus saberes para encaminhar a questão. É assim na educação, é do mesmo jeito. Conteúdo não é fim, é meio para construir conceitos, para construir sujeitos pensantes, livres, críticos.

Então é nesse sentido que nós votamos contrariamente ao projeto e valorizamos, de qualquer maneira, o olhar e a visão que a Ver.^a Any tem sobre a educação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 177/13. (Pausa.) Os Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade dos Vereadores João Bosco Vaz, Adeli Sell e Sofia Cavedon.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 177/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade

das Vereadoras Sofia Cavedon e Fernanda Melchionna, e dos Vereadores Adeli Sell, Prof. Alex Fraga e João Bosco Vaz.

Em votação o PLL nº 177/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos Vereadores João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga, Sofia Cavedon, Jussara Cony e Fernanda Melchionna.

Em discussão o PLL nº 120/15. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 120/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em primeiro lugar, quero agradecer a construção que fizemos às lideranças, para este projeto ser votado hoje. Quero dizer à Ver.^a Ariane, que aqui está presente, que essa é uma das contribuições de sua história, de seu currículo, de sua atuação trouxe a esta Casa quando assumiu como Suplente, e da luta das mulheres. Esse é o primeiro projeto dos nossos Suplentes de Vereadores que vem à votação, e a nossa bancada fica muito orgulhosa. Lamentamos que não podemos fazer rodízio, estamos num momento muito conturbado do Município, Ver.^a Ariane, e gostaríamos que ficasse com os nossos Vereadores aqui na bancada, porque queremos que, simbolicamente, a Ariane se sinta votando esse projeto, ex-Vereadora Maristela Maffei, que, para nós, fez uma mediação com a EPTC, e quero agradecer, porque, em primeiro lugar, o tema da violência foi aqui discutido muito neste semestre por vários motivos; no último mês, por conta do estupro coletivo, absurdo, que repudiamos coletivamente. O Rio de Janeiro mostrou mais uma vez a face perversa da violência, que é, sim, sexista, que é voltada à mulher só pelo fato de ela ter esta condição, este gênero, e o quanto o Brasil deve ainda de políticas preventivas, protetoras, transformadoras da cultura machista e violenta que atinge as mulheres.

A proposição da Ver.^a Ariane é aparentemente singela, mas muito importante, porque institui a divulgação nos coletivos e nos veículos automotores de transporte público de passageiros dos números de telefones gratuitos para denúncias referentes à violência contra a mulher, e a Vereadora lista quais são os que hoje deveriam estar funcionando: o 180, que é o mais conhecido – mas, por incrível que pareça, muita gente não sabe sequer que existe; o 0800 da Escuta Lilás, que foi uma construção estadual – a nossa ex-Secretária lembra bem e traz aqui na Exposição de Motivos que é necessário divulgar e colocar na mão das mulheres, homens e de todos os que lutam contra a violência, para

que seja um instrumento de proteção e, em especial, de antecipação; o Disque Violência Contra a Mulher de Porto Alegre, que foi uma iniciativa, se não me engano, do Ver. Prof. Garcia – a Ariane concorda –, mas que não está funcionando ainda, não temos notícia, mas que é importante que funcione. São números que estarão mais à disposição da massa, de mais de um milhão de pessoas que circulam nos ônibus, de forma visível, de forma a chamar a atenção que é possível e necessário que todos assumam essa postura de pró-atividade e de proteção da mulher, de antecipação dos problemas, de tomada de atitude diante de problemas que, às vezes, parecem pequenos e, quando se vê, tornam-se uma violência brutal, porque, muitas vezes, os vizinhos vão convivendo com uma situação de uma família conturbada e não tomam a atitude de fazer a denúncia. As mudanças na Lei Maria da Penha e do feminicídio colocam claramente que não precisa ser a vítima a fazer a denúncia; feita a denúncia por outros, ela terá que ter encaminhamento, terá que ter providências.

Eu quero finalizar a minha discussão, Ver.^a Ariane, parabenizando V. Exa., tão jovem e já tem tanta história nessa luta das mulheres, isso é de emocionar a todos nós. Espero que isso seja valorizado através deste projeto e de muitas outras parcerias mais. Nós queremos trabalhar aqui, mas queremos trabalhar juntos na outra ponta. Esta Casa votou, aqui, na semana passada, que a Brigada Militar esteja no Centro de Emergências, onde chegam as chamadas para o 190, onde chegam todas as chamadas de emergência em Porto Alegre, e, portanto estes aqui também, o 180 em especial, vai para um centro de emergências, ali está a Brigada Militar e ela desloca imediatamente a Patrulha Maria da Penha. Aprovamos que ali estejam também a SAMU, a Guarda Municipal e a EPTC, porque também com o tema de gênero imediatamente denunciado, imediatamente atendido na central de emergências de uma forma articulada – Município e Estado -, nós poderemos, quem sabe, nos antecipar a tantas violências e mortes.

Então, parabéns, Ver.^a Ariane! Votemos pelas mulheres todas para que todas sejam livres!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 120/15.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, primeiramente, quero saudar a presença da Ver.^a Ariane, aqui conosco. É um prazer tê-la aqui e é mais uma contribuição que a Ariane traz a esta Casa, nos momentos em que tem assumido o mandato, em relação a políticas públicas estratégicas, em relação à dignidade das mulheres, e, no caso, ao combate à violência num dos espaços públicos de fruição, onde deveriam ser garantidos os nossos direitos e o respeito ao significado de nós mulheres estarmos nos deslocando em meios de transporte para o trabalho, para levar os filhos às creches, enfim, o que é a vida das mulheres.

Ontem, Ariane, na Assembleia Legislativa, teve um congresso importante da Famurs, e eu fiz parte dele a convite, junto com a Miguelina Vecchio, da Mulher Trabalhista, do PDT, e com Nílvia, do PT de Torres, e nós fomos chamadas a discutir sobre o empoderamento das mulheres, ou seja, o poder político para as mulheres. E a gente lembrava que nós, mulheres, ao longo da história, temos lutado muito por emancipação, por liberdade, por direitos, por justiça, por uma sociedade não violenta, mas ao longo dessa história nós também temos vivenciado, cotidianamente, algo que eu considero uma das formas mais injustas do olhar, do significado e do papel das mulheres no desenvolvimento do País. Ao longo dessa história, as nossas diferenças naturais têm servido para oprimir, para discriminar, para excluir dos espaços de poder. Por que eu trago aqui a questão dos espaços de poder? Exatamente, porque essa exclusão é para manutenção de uma ideologia dominante de uma sociedade que é patriarcal, que é machista, que é sexista. Portanto, comete violências, porque assim o é contra as mulheres: entre outras formas de exclusão e de opressão, uma delas é a violência – a violência doméstica e familiar, a violência institucional, a violência nas ruas, a violência nos locais públicos, inclusive, como se refere o projeto de lei da Vereadora, em áreas internas e externas dos veículos automotores que transportam passageiros. Esse PL pode parecer simples, mas ele tem uma dimensão muito grande para o enfrentamento da violência contra as mulheres, porque vai divulgar número de telefones nos espaço públicos, para que se possa fazer a denúncia. E aí que eu acho que é um PL que, na sua simplicidade, ele é objetivo, ele é concreto, ele é de extrema importância para o enfrentamento da violência numa de suas formas, que é num espaço onde milhares de mulheres transitam para ir para o trabalho, mulheres chefes de família que transitam para levar os seus filhos à creche, enfim, para ter o direito de andar com segurança, com dignidade, nos espaços de transporte coletivo.

Eu acho que, fixado o número, já coíbe essa violência, previne – e a prevenção e a coibição já são um passo importante. A mulher que é vítima se sente empoderada com essa perspectiva, com essa política pública, no sentido de fazer a denúncia. Nós precisamos empoderar as mulheres para que façam as denúncias. A denúncia efetuada é um incentivo à mulher e à sociedade de efetuarem essa denúncia, materializada pela divulgação deste projeto.

Finalizo dizendo que é um projeto importante para a cidade de Porto Alegre. Talvez, sejamos pioneiras, não sei, mas acho que sim, se nós quisermos uma sociedade de igualdade, livre dessas formas de violência, dessas opressões. Políticas públicas como essa fazem parte, sim, da libertação das opressões que são materiais, que são... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...simbólicas, que são físicas contra as mulheres e que atingem, de uma forma muito danosa, muito triste as mulheres na sua integridade, atingem na sua capacidade, na sua possibilidade de ir e vir. Aliás, eu creio que este projeto tenha um enfrentamento – exatamente, ele é educativo –, sob o ponto de vista de estupros, em outros veículos, em táxis, por exemplo. Também é educativo no caso dos assédios que as mulheres sofrem nos ônibus, de uma natureza absolutamente violenta, porque, muitas vezes, não tendo para aonde se dirigir – e o projeto nos ajuda nisso –, as mulheres saem agredidas sob o ponto de vista da saúde física, mental e emocional – mulheres que estão nos ônibus para ir para o seu trabalho e contribuir com o progresso do seu País.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 120/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar, em nome do PSOL – em meu nome e em nome do meu colega Prof. Alex –, a nossa Ver.^a Ariane Leitão, Suplente de Vereador aqui desta Casa, pelo projeto, pela iniciativa, dizendo que nós, evidentemente, vamos votar a favor desse projeto.

Eu ia dizer, Ver. Eng^o Comassetto, que só as mulheres falaram sobre um tema que é importante para toda a sociedade; ainda bem que Vereadores homens também se

inscreveram, porque, para nós combatermos a cultura do estupro e combatermos o machismo, é fundamental que todos vejam que esta é uma causa protagonizada pelas mulheres, mas que é preciso também combater o machismo arraigado e discutir temas muito graves, como o tema da violência doméstica, como a cultura do estupro. A cada 11 minutos uma pessoa é violentada no Brasil, sendo que 80% são mulheres, mas há estupros também de pessoas com deficiência, de crianças. Nós vimos agora um caso de um menino com deficiência, em outro Estado, que foi vítima de estupro próximo da escola. Esses são casos gravíssimos e que precisam, por óbvio, ser combatidos. Nós precisamos mudar radicalmente a concepção das políticas de segurança, neste Estado e nos demais, priorizando a investigação de crimes contra a vida. Só 8% dos casos de crimes contra a vida geram inquéritos – olhem que tragédia: 8%. Nós estamos falando dos crimes mais graves, dos crimes que atentam contra a dignidade humana, dos crimes hediondos, como é o caso de estupro e assassinato.

Eu li o projeto de lei da Ver.^a Ariane e lembrei da nossa tentativa de fazer o mapa da segurança e dos direitos humanos, no ano passado, na nossa Comissão. Existe a obrigatoriedade da apresentação das estatísticas com relação à Lei Maria da Penha nos Estados – é uma lei da Stela Farias, essa lei que obriga os dados da Lei Maria da Penha serem publicados –, e foi importantíssima a existência dessa lei, porque, a partir disso, nós podemos ter esses dados com precisão para fazer diagnósticos, porque qualquer política pública precisa saber a dimensão do problema para enfrentá-lo. Nós sabemos que hoje o crime mais subnotificado no Brasil é o estupro. O IPEA fala que só 35% dos casos são notificados. Sabemos que foram 48 mil casos oficiais no ano passado, o que já dá quase 150 mil casos, e houve uma pesquisa recente que fala em apenas 10%. Muito dessa subnotificação é justamente por conta de uma cultura que culpabiliza a vítima. Agora, eu acredito que todos nós tenhamos ficado tocados, emocionados e até choramos diante de uma menina de 12 anos que escreveu uma carta para a mãe sobre os estupros que sofria do pai, pedindo desculpas à mãe. Quando a mãe soube, fez todos os encaminhamentos, o estupro foi preso em flagrante; portanto vai ser investigado.

A reação de uma menina de 12 anos como a reação da jovem vítima do estupro coletivo no Rio de Janeiro é justamente o resultado, a consequência de uma cultura perversa que trata sempre de culpabilizar a vítima. Primeiro, o delegado que atendeu a moça no Rio de Janeiro perguntou se era hábito dela fazer sexo grupal: uma vítima sendo duplamente

vitimizada, agora pelo próprio Estado, que deveria acolher e investigar. Felizmente o delegado caiu, fruto da Primavera das Mulheres, fruto do empoderamento das mulheres, fruto da luta que fizemos nas redes sociais.

Nós precisamos, cada vez mais, acabar com a cultura do estupro, com a culpabilização da vítima e com aqueles que tratam de mercantilizar e mesmo seguir representando as mulheres como objetos, como vimos em várias campanhas publicitárias levantadas pelas feministas nas redes sociais.

Então eu quero parabenizá-la. Acho que a obrigatoriedade da publicação dos dados vem no sentido de fortalecer um diagnóstico e, sobretudo, fortalecer as políticas públicas. Contem com o nosso voto favorável. Espero que o projeto seja aprovado por unanimidade e que Vereadores homens também debatam a tua lei.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 120/15.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que assistem os nossos debates aqui nesta tarde, quero iniciar cumprimentando a Ver.^a Ariane, nossa Suplente, e que nós, no próximo pleito eleitoral, tenhamos o prazer de tê-la aqui nesta Casa. Quero dizer que o projeto que você apresenta, Ariane, é daqueles projetos simples, mas de grande importância, prezado Ver. Adeli. Ontem, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, o Barroso, ao condenar o Bolsonaro como réu por fazer apologia ao estupro direcionada à Deputada Maria do Rosário, dizia: “Ainda bem que na nossa sociedade alguns temas, tabus de sociedade, deixam de ser tabus, entre eles a agressão às mulheres, as multas de trânsito, usar o cinto de segurança...”.

Quanto ao tema da agressão às mulheres, apesar de não ser tabu, mais de 90% das mulheres que são agredidas ainda não têm a coragem de realizar as denúncias, por um conjunto de fatores; e talvez um desses fatores seja a falta de conhecimento dos canais que existem hoje, do Município à União, já constituídos. São canais que guardam o anonimato da pessoa, não divulgam o nome, a não ser o diálogo com aquela própria pessoa. Aqui em Porto Alegre, nós temos o 0800-6420100, telefone para denúncias de

casos de violência contra as mulheres. Nós temos, no Governo do Estado, o 0800-5410803 – a Ariane, quando foi Secretária Estadual da Mulher, substituindo a nossa grande companheira Márcia, lá instituiu o Telefone Lilás. No Governo Federal, temos a Central de Atendimento à Mulher, que é o 180. O que a Ariane propõe? Entre as conquistas da sociedade, hoje já existem canais para que as mulheres possam se expressar, Ver. Delegado Cleiton – muitas vezes, V. Exa. deve ter recebido nas delegacias a agonia das mulheres, que não tinham canais para poderem se comunicar. A Ariane propõe que os nossos veículos de transporte público, os nossos ônibus, possam todos eles estampar esses números, no seu interior e no seu exterior, para facilitar que esses 90% das mulheres que hoje desistem de fazer as denúncias possam encontrar um canal, ou memorizar esses números que são os canais legais, institucionais, do Município, do Estado, da União, para que a agonia vivida por elas possa ser canalizada para a nossa Justiça, e que justiça seja feita.

Portanto, cumprimento as nossas colegas, Vereadoras Ariane, Jussara, Sofia, Fernanda e Lourdes, que, por unanimidade aqui lutam para que os direitos das mulheres em Porto Alegre seja atendido na sua plenitude, e junto com essas colegas Vereadoras, há centenas, milhares de mulheres que trabalham, que lutam junto com homens comprometidos com uma sociedade igualitária, com uma sociedade em que não haja retrocesso, com uma sociedade em que haja avanços.

Portanto, o seu projeto hoje, com certeza, será votado, e espero que seja aprovado por unanimidade aqui nesta Casa. Um grande abraço e boa luta a todas as mulheres. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 120/15.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, caríssima Ariane Leitão, há um bom tempo eu discutia com a ex-Vereadora Helena Bonumá a importância de a gente trabalhar essa temática, ela era nossa colega de bancada. Nós já temos um projeto de lei que obriga, no mês de novembro, a Carris a colocar cartazes que chamem a atenção contra a violência às mulheres. A Ver.^a Ariane vai muito mais longe e

coloca claramente, agora, a questão da divulgação e números dos telefones gratuitos para denúncias referentes à violência contra a mulher, nos nossos ônibus. É uma coisa tão simples, mas de uma importância incrível, porque nós temos visto e ouvido muito sobre afrontas diuturnas de mulheres que pegam o ônibus; por isso acho mais importante ainda estar no transporte coletivo de passageiros, para que as próprias mulheres se encorajem a denunciar a violência, porque elas são vítimas em todos os espaços hoje e, às vezes, nas situações mais imagináveis. É a hora, como disse há pouco o Ver. Comassetto, de levantar a questão dos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana. Não é fortuita essa fala do nosso Ministro Luís Roberto Barroso, que foi quem defendeu as causas mais importantes dos direitos fundamentais no Supremo Tribunal Federal, quando ele ainda não era Ministro, e os seus escritos inclusive vão muito nesse sentido; temos alguns juristas aqui no Rio Grande do Sul que têm trabalhado essa questão de uma forma muito importante. A questão da dignidade da pessoa humana é sistematicamente afrontada. As pessoas se esquecem que lá atrás, há mais de 200 anos, esse conceito aparecia em Immanuel Kant, grande filósofo alemão, e que hoje temos que levantar sistematicamente esse tema, porque é a sua afronta que mais nos causa hoje arrepios. Portanto, vamos acompanhar a proposição da querida colega Ariane Leitão.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 120/15.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: A Ver.^a Ariane, quando esteve aqui, assumiu a titularidade, nos brindou com esse projeto que dialoga com o tema muito próximo ao mandato, que é o transporte da Cidade, a mobilidade urbana, e o ônibus, Ariane, precisa ser cada vez mais o lugar central da mobilidade viária. Não à toa, no começo desta semana, propusemos uma faixa exclusiva na Av. Ipiranga; infelizmente, não passou. E a própria ATP já está fazendo propaganda em vários ônibus na sua parte traseira, falando de cidades mais humanas, incentivando que as pessoas deixem os automóveis em casa e passem a usar o transporte coletivo, que tem perdido passageiros nos últimos anos. Então, se aquele é um dos lugares mais centrais da vida diária das pessoas, lá deve ter

também informações essenciais, e eu diria que essa é uma das informações mais essenciais.

Quero fazer a ressalva de que, nesta terça-feira, a Assembleia Legislativa inaugurou um espaço, na sua entrada, de atendimento à mulher vítima de violência. Então, é mais um espaço importante e central, legitimando o Parlamento acerca desse tema tão importante para a Cidade.

Falei que não ocuparia os cinco minutos. Quero parabenizar a Ver.^a Ariane Leitão por ter tido a iniciativa de colocar uma informação tão eficaz em um lugar tão importante que é o transporte coletivo. Espero que o projeto seja aprovado por unanimidade, pois é algo que pode ajudar a coibir essa cultura equivocada, inominável como é a da violência contra as mulheres. A expressão cultura do estupro, que talvez muitos de nós não conhecessem, ajudou muito a abrir uma janela de oportunidade para discutir um tema diante do caso concreto como foi o estupro coletivo no Rio de Janeiro. Infelizmente, precisou um caso inominável como esse para que surgisse uma expressão e para que alguns acordassem para serem parceiros de uma luta que não é só das mulheres, é de toda a sociedade. Então, espero que consigamos aprovar por unanimidade um projeto tão valioso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Kevin Krieger solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLL nº 120/15.

O Ver. Márcio Bins Ely, Líder do PDT, vem comunicar que os Vereadores Mauro Zacher e Delegado Cleiton passam a exercer a 1ª e a 2ª Vice-Liderança, respectivamente, do Partido Democrático Trabalhista – PDT, a contar desta data.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 01, ao PLL nº 120/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 18 votos **SIM**, com a presença deste Presidente.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLL nº 120/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** com 18 votos **SIM**, com a presença deste Presidente.

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, em virtude de o meu projeto, o PELO nº 001/13, de quórum qualificado para votação, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h25min.)